

Por todas as **cores**, por todos os **corpos**

Um guia educativo
sobre diversidade
sexual e de gênero



Organizadores:

José Henrique Rodrigues Machado
Tatianne Silva Santos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

José Henrique Rodrigues Machado
Tatianne Silva Santos
(organizadores)

Por todas as cores, por todos os corpos: um guia educativo sobre diversidade sexual e de gênero

1ª Edição

Goiânia, GO
IF Goiano
2026

Elias de Pádua Monteiro

Reitor do IF Goiano

Fabiano Jose Ferreira Arantes

Diretor de Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

Geísa D'Ávila Ribeiro Boaventura

Pró-reitoria de Ensino

Luciano Carlos Ribeiro da Silva

Pró-reitoria de Extensão

Gilson Dourado da Silva

Pró-reitoria de Administração

Ana Maria Rodrigues de Resende

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Alan Carlos da Costa

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

PORTARIA Nº 1595/REI/IFGOIANO, DE 03 DE ABRIL DE 2025

Conselho Editorial da Editora do Instituto Federal Goiano – Conselheiros de Área

Daniela Costa Custodio

Fátima Suely Ribeiro Cunha

Flávia Gouveia de Oliveira

Flávia Oliveira Abrão Pessoa

Ítalo José Bastos Guimarães

Jacson Zuchi

Júlio César Ferreira

Kássia Cristina Rabelo

Lara Bueno Coelho

Laise do Nascimento Cabral

Leonardo Carlos de Andrade

Lídia Maria dos Santos Moraes

Lorena de Almeida Cavalcante Brandão Nunes

Marco Antônio Pereira da Silva

Marcos Fernandes Sobrinho

Maria Luiza Batista Bretas

Matias Noll

Natany Ferreira Silva

Ondina Maria da Silva Macedo

Priscilla Rayanne e Silva

Rhanya Rafaella Rodrigues

Romário Victor Pacheco Antero

Roseli Gonçalves da Rocha

Thelma Maria de Moura Bergamo

Thiago Fernandes Qualhato

Uiara Vaz Jordão

Wagner Abadio Freitas

Woska Pires da Costa



Equipe do Núcleo da Editora IF Goiano

Sarah Suzane Bertolli - Coordenadora Editorial

Daiane de Oliveira Silva - Assessora Técnica

Ana Paula Oliveira Sousa - Assessora Editorial

Revisão textual: Cristhiane Costa (Contaccta Comunicação)

Projeto gráfico e diagramação: Ana Beatriz (Contaccta Comunicação)

Bibliotecária responsável: Daiane Oliveira Silva



ISBN: 978-85-65871-78-5 (e-book)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

M149

Por todos as cores, por todos os corpos: um guia educativo sobre diversidade sexual e de gênero/ José Henrique Rodrigues Machado; Tatianne Silva Santos. – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2026.

35 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-85-65871-78-5

1. Diversidade sexual. 2. Diversidade de gênero. 3. LGBTQIAPN+. 4. Inclusão. 5. Direitos humanos. I. Machado, José Henrique Rodrigues. II. Santos, Tatianne Silva. III. Instituto Federal Goiano. IV. Título.

CDU: 316.647.82

Comitê Gestor dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

Tatianne Silva Santos

Natany Ferreira Silva

Douglas de Franca Alves

Mariana Pirkel Tsukahara

Daniela Costa Custódio

Claudio Virote Lacerda

Aliane de Assis Ramos

Roseli Goncalves da Rocha

Luiz Felipe Pereira Nunes

Delson Ferreira

Nilson Machado Pontes de Nascimento

Morgana Bruno Henrique Guimarães

Débora

José Henrique Rodrigues Machado

Adriano Soares de Oliveira Bailão

Rhennan Lazaro de Paulo Lima

Simone Gomes Firmino

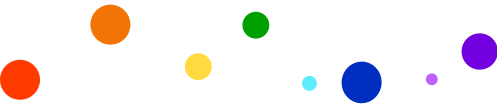
Ricardo Assunção

Karolino Torres Quintanilha

Amanda Oliveira Cunha

Luciana Recart Cardoso

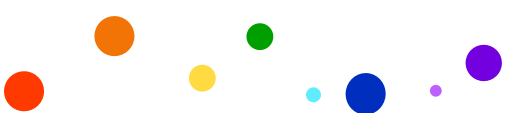




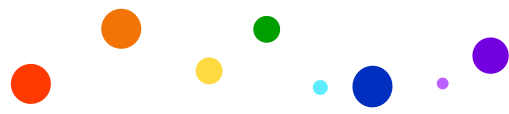
**Não são as nossas diferenças que nos dividem, mas a incapacidade
de reconhecê-las, aceitá-las e celebrá-las**

Audre Lorde





Às pessoas que coloriram este percurso – estudantes, servidores, mulheres
em toda a sua pluralidade e pessoas LGBTQIAPN+ – que insistem em
transformar cuidado, afeto e diversidade em sementes de futuro.



APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS) do Instituto Federal Goiano apresenta este Guia Educativo como uma contribuição para a promoção do respeito, da inclusão e da cidadania no ambiente institucional.

A ideia aqui é simples: queremos conversar com você sobre temas que nem sempre são explicados de forma clara. Você já se perguntou o que significa identidade de gênero? Ou por que usamos tantas letras na sigla LGBTQIAPN+? Este guia vai ajudar você a entender tudo isso de maneira leve, objetiva e com muito respeito. Tudo foi escrito com uma linguagem acessível, para que você possa ler, refletir, tirar dúvidas e, quem sabe, até compartilhar com outras pessoas!

Nosso objetivo é que todos – estudantes, professores, servidores ou qualquer pessoa interessada – tenham acesso a conhecimentos básicos, mas essenciais, sobre diversidade sexual e de gênero. Este material representa o compromisso institucional do IF Goiano com uma educação plural, inclusiva e baseada nos direitos humanos.

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTE GUIA

Este guia contém conceitos, informações e reflexões que contribuem para a construção de ambiente mais justos e plurais. Os principais temas estão abordados a seguir.

1. Aspectos históricos, conceitos fundamentais sobre diversidade sexual e de gênero;
2. Direitos e garantias das pessoas LGBTQIAPN+;
3. Estratégias de enfrentamento à discriminação;
4. Inclusão e respeito no ambiente educacional;
5. Recursos e apoio para quem quer saber mais.



Sumário

Diversidade sexual e de gênero na escola: como chegamos até aqui?_____	11
Ser mulher: o que isso significa, afinal?_____	13
Sexo, gênero e orientação: não é tudo a mesma coisa?_____	17
LGBTQIAPN+: o que significam todas essas letras?_____	19
Quais são os direitos das pessoas LGBTQIAPN+?_____	21
Preconceito e discriminação: como reconhecer e enfrentar?_____	22
Nutrição e saúde LGBTQIAPN+: cuidado com respeito_____	24
Escolas como refúgio: a construção de ambientes inclusivos e acolhedores para a comunidade LGBTQIAPN+_____	26
Quer saber mais?_____	28
Canais de apoio_____	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____	34



Diversidade sexual e de gênero na escola: como chegamos até aqui?

Amanda Oliveira Cunha

Você já se perguntou por que falar de diversidade sexual e de gênero na escola é tão importante? O que está nos currículos, nas aulas e até nos projetos das escolas vem sendo construído ao longo do tempo. E não foi fácil chegar até aqui. Pesquisadoras, professores, ativistas e movimentos sociais – especialmente negros, feministas e LGBTQIAPN+ – vêm lutando há décadas para que temas como respeito, equidade e direitos sejam tratados com seriedade dentro da educação.

Mesmo com avanços, esse caminho foi (e ainda é) cheio de obstáculos. A seguir, você vai ver um breve resumo dos momentos mais marcantes dessa caminhada. Pode parecer distante, mas entender esse histórico ajuda a perceber algo fundamental: o que temos hoje foi conquistado com muito esforço – e ainda temos muito a construir juntos.

Anos 1990 – Quando tudo começou a ganhar força

Foi nessa década que os movimentos sociais se fortaleceram e passaram a cobrar do governo políticas mais inclusivas nas escolas. A ideia de que diversidade deve ser parte do que se ensina começou a aparecer com mais clareza.

1996 e 1998 – A escola começa a mudar

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) colocou temas como gênero e sexualidade entre os chamados 'temas transversais'. Ou seja, assuntos que deveriam estar presentes em todas as áreas do conhecimento.

2001 e 2002 – Planos nacionais entram em cena

Tanto o Plano Nacional de Educação quanto o Plano Nacional de Direitos Humanos passaram a incentivar a formação de professores para lidar com temas ligados à igualdade de gênero e ao combate à discriminação.

2004 – Novos programas

Entram em vigor políticas como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Brasil Sem Homofobia, reforçando a importância dos direitos humanos e da diversidade nas ações do governo.

2006 – Lei Maria da Penha e a escola

A famosa lei de combate à violência doméstica passou a ser divulgada nas escolas através de projetos educativos, ajudando a levar o tema da violência contra a mulher para a sala de aula.

2010 – Censura e retrocessos

O Projeto Escola Sem Homofobia, criado para combater o preconceito nas escolas, foi censurado e barrado, mostrando que nem todos concordam com a importância desse debate.

2014 – A exclusão de gênero dos textos oficiais

Na nova versão do Plano Nacional de Educação, todas as menções a gênero e orientação sexual foram retiradas. Isso dificultou o avanço de políticas educacionais sobre o tema.

2015 – Nome social passa a ser um direito

Uma resolução federal passou a garantir que travestis e transexuais tenham o direito ao uso do nome social nas instituições de ensino.

2015 a 2018 – A polêmica da BNCC

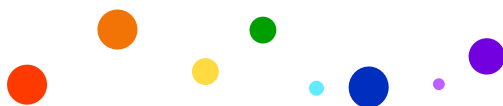
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi criada, mas limitou bastante o tratamento de temas como sexualidade e gênero. Eles ficaram restritos a algumas disciplinas específicas.

2022 e 2023 – Um novo fôlego

Foram retomadas políticas de educação sexual nas escolas, reforçando a importância de se falar sobre prevenção e diversidade nas salas de aula.

2018 até hoje – A criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS) no IF Goiano

O NEPEDS foi criado com o objetivo de promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a diversidade sexual e de gênero. Hoje, ele atua em todos os campi do IF Goiano, trabalhando para tornar a educação mais justa, inclusiva e respeitosa para todas as pessoas.



Ser mulher: o que isso significa, afinal?

Hevellin Estrela

O que é ser mulher? Será que existe uma resposta única para essa pergunta? Ser mulher é sobre corpo, identidade, cultura, afeto, luta... É sobre direitos, desejos, histórias que muitas vezes foram apagadas ou ignoradas. E é justamente por isso que precisamos falar sobre isso com clareza e respeito.

Durante muito tempo, as mulheres foram deixadas de lado nos registros históricos. A maioria das leis, decisões e até ideias sobre como o mundo deveria funcionar foram pensadas por e para os homens. Até os direitos mais básicos, como estudar, votar, ter um salário justo ou sair de casa sem autorização, foram negados às mulheres por séculos. Mas isso nunca significou que elas aceitassem esse lugar sem questionar. Desde a Antiguidade até os dias atuais, as mulheres vêm lutando para mudar esse cenário.

Na Idade Média, na Moderna e até mesmo depois da Revolução Francesa, as mulheres continuavam excluídas dos espaços de poder. Em 1792, a inglesa Mary Wollstonecraft já questionava isso tudo ao escrever a 'Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã'. Ainda assim, só após as guerras do século XX, com a criação da ONU em 1948, é que os direitos humanos passaram a ser tratados como algo universal — para todas as pessoas, inclusive as mulheres.

No nosso país, a história não foi diferente. Até meados do século XIX, praticamente só mulheres brancas e de classe alta tinham algum direito. As constituições de 1824 e 1891 sequer citavam as mulheres. Somente em 1932 elas conquistaram o direito ao voto, e em 1934 vieram as primeiras proteções trabalhistas.

Mesmo com esses avanços, foi só nos anos 1970 e 1980 que os movimentos feministas brasileiros começaram a ganhar força. Surgiram as primeiras políticas públicas voltadas para mulheres, principalmente nas áreas de saúde e combate à violência. A "Carta das Mulheres aos Constituintes", em 1988, conseguiu incluir na Constituição direitos essenciais, como igualdade de salários e proibição da discriminação no trabalho.

Algumas leis importantes que você precisa conhecer!

- Leis 8.072/1990 e 8.930/1994 – trataram o estupro como crime hediondo.
- Lei 9.100/1995 – estabeleceu cotas de candidaturas femininas na política.
- Lei 11.340/2006 – a conhecida Lei Maria da Penha, contra a violência doméstica.
- Código Civil – reconheceu o poder familiar e a capacidade civil plena da mulher.

Apesar de todos esses avanços, os desafios continuam grandes. As mulheres ainda ganham menos que os homens, enfrentam violência em casa, no trabalho e nas ruas, e têm pouca presença na política. Esses dados ficam ainda mais graves quando falamos de mulheres negras, indígenas, periféricas ou trans.

Por isso, lutar por igualdade de gênero é também lutar por justiça social. É garantir que as leis sejam cumpridas e que a realidade mude — não só no papel, mas na vida real.

Ser mulher é viver em constante resistência, mas também é construir, diariamente, uma história de força, cuidado, liberdade e transformação. E o primeiro passo para essa mudança é conhecer e reconhecer essa história.

Tabela 1 - Desafios enfrentados pelas mulheres

DESAFIO	DISCUSSÃO	DADOS
Falta de representatividade	A sub-representação das mulheres em espaços de decisão, seja político ou liderança, afeta a identificação que as mulheres possam alcançar e estar nesses espaços.	Mulheres ocupam apenas cerca de 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados (dados de 2023), e a presença de mulheres negras, indígenas e trans é ainda menor.
Resistência institucional	Conforme descrito, acesso a direitos, no papel, até se tem, porém a aplicabilidade na prática desses direitos, seja por falta de vontade política, seja pelas estruturas patriarcais nas instituições, acaba gerando a não aplicabilidade dos direitos conquistados.	Falta de servidores capacitados e de perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas.
Perda das políticas públicas	Cortes financeiros em programas, cortes dos programas de apoio às mulheres, prejudicam muito a efetividade das leis existentes.	Políticas como a Casa da Mulher Brasileira ou programas de combate à violência doméstica muitas vezes são paralisadas ou sofrem cortes de orçamento em mudanças de governo.
Desigualdade socioeconômica	Mulheres é um termo bem amplo e por toda a história da humanidade há vários grupos (mulheres negras, indígenas, periféricas, com deficiência, trans, entre tantas outras) que enfrentam obstáculos estruturais para ter acesso ao básico, o que acaba gerando uma desigualdade entre o grupo.	Mulheres negras ocupam os piores postos de trabalho e lideram estatísticas de trabalho informal e doméstico não remunerado.
Violência de gênero	A violência, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, limita a liberdade das mulheres e também a possibilidade de acessar os direitos e serviços com segurança e dignidade.	Embora existam leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, a aplicação ainda é desigual.

Desinformação e burocracia	É muito difícil que as mulheres conheçam seus direitos e saibam como buscar exercê-lo, e a burocracia e o não conhecimento dessas talvez façam com que as mulheres não tenham acesso ao básico, gerando uma escassez nas procuras.	Casos de violência contra a mulher muitas vezes são descreditados, desqualificados ou arquivados.
Saúde reprodutiva e sexual	Mulheres são criadas para cuidar, mas geralmente para cuidar do outro e pouco conhecimento e acesso às questões relacionadas à saúde própria e até mesmo de pensar sobre as questões reprodutivas são restritas. O que gera questões de saúde física e mental que deveriam ser também preocupação para as mulheres e governantes.	
Judicialização e impunidade	Além da demora da Justiça, o machismo existente na esfera e a possibilidade de impunidade para o seu algoz fazem com que muitas mulheres não tenham coragem e nem estrutura psicológica para enfrentar as questões judiciais de acesso aos seus direitos.	Falta de delegacias especializadas, principalmente em áreas rurais e periferias urbanas.
Desigualdade no trabalho e na política	Conforme dados da ONU, não há equiparação salarial entre homens e mulheres, nem de acesso, nem de remuneração, nem de oportunidades profissionais e políticas.	As mulheres ganham, em média, 22% a menos que os homens (dados IBGE 2022).

Com essa tabela, fica claro que ainda há muito a ser feito para que as mulheres tenham seus direitos respeitados e garantidos. É preciso transformar não só as leis, mas também a mentalidade e as estruturas sociais que ainda sustentam o machismo e a desigualdade.

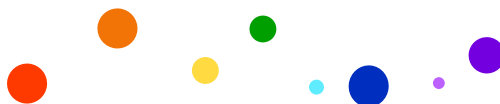
Percebe-se que a luta pelos direitos das mulheres, é baseada em desigualdades e com isso acaba gerando fortes conexões com os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+. As várias frentes compartilham da urgência de reconhecimento, acesso real aos direitos fundamentais, e reconhecimento, além de serem alvos constantes, buscando ter a exclusão das estruturas sociais em que a sociedade patriarcal é concebida e mantida.

Por meio do que foi até aqui exposto, é possível ver que as mulheres enfrentam séculos de uma invisibilidade social, política e jurídica. Bem ao lado, é possível perceber que pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, em especial mulheres lésbicas, bissexuais e trans, ainda lidam com essas também múlti-

plas camadas de marginalização e sendo excluídas tanto das pautas feministas tradicionais quanto da proteção legal efetiva do acesso aos direitos. E isso pode ser percebido quando comparado às mulheres que lutaram pelo direito ao voto, ao trabalho digno e à integridade física, assim também a população LGBTQIAPN+, que reivindica esses direitos de existir com dignidade, amar livremente e de ocupar espaços com segurança e respeito.

Podemos ver que as lutas estão entrelaçadas, e na medida em que cada sigla questiona as mesmas estruturas, acabam por definir e limitar o que é ser mulher, o que é ser homem, e o que é aceitável dentro uma sociedade binária e excludente, torna mais necessário falarmos sobre políticas públicas que atendam às mulheres em sua pluralidade e possam considerar, também, as experiências das lésbicas, de mulheres trans, pessoas não binárias e todas as que sofrem algum tipo de violência, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Com isso, podemos dizer que a construção de uma sociedade mais justa exige que a luta por equidade de gênero não se restrinja a uma definição limitada do que é ser mulher, mas que se amplie e abrace diversas formas de existência que desafiem os diversos papéis de gênero impostos há tanto tempo. Dessa forma, a intersecção dessas pautas se faz necessária para buscar maior inclusão e transformação de todos os sujeitos marginalizados.



Sexo, gênero e orientação: não é tudo a mesma coisa?

Fausto de Melo Faria Filho

Você já ouviu falar em sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, mas ficou na dúvida sobre o que cada um significa?

Muitas pessoas confundem esses conceitos, mas eles são bem diferentes. Entender isso é fundamental para respeitar as pessoas e suas individualidades.

Vamos explicar de forma clara e direta.

Sexo biológico: o corpo com que nascemos

É o que está ligado às características físicas e biológicas ao nascer — como órgãos genitais, hormônios e cromossomos.

- Masculino: pênis, testículos, testosterona, cromossomos XY.
- Feminino: vagina, ovários, estrogênio, cromossomos XX.
- Intersexo: pessoas que nascem com características que não se encaixam exatamente em masculino ou feminino.

Gênero: como a gente se reconhece e se expressa

Gênero é diferente de corpo. É sobre como a pessoa se vê no mundo e quer ser reconhecida. É algo construído socialmente e culturalmente.

- Identidade de gênero: é como a pessoa se identifica internamente — como mulher, homem, ambos ou nenhum.
- Expressão de gênero: é como ela demonstra essa identidade — por meio do jeito de se vestir, falar, agir etc.

Alguns exemplos:

- Cisgênero: quem se identifica com o sexo biológico.
- Transgênero: quem se identifica com um gênero diferente do seu sexo biológico.
- Gênero não-binário: quem não se identifica apenas como homem ou mulher.
- Travestis: geralmente são pessoas do sexo masculino que não se identificam com o gênero masculino. Podem se reconhecer como mulheres trans ou com identidade não-binária.

Atração afetiva

A orientação romântica é sobre atração afetiva, emocional.

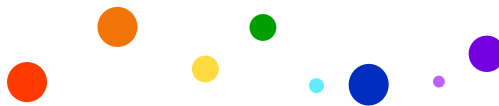
- Heterorromântica: por pessoas do sexo oposto.
- Homorromântica: por pessoas do mesmo sexo.
- Panromântica: por pessoas de qualquer gênero.
- Arromântica: quando não se sente atração afetiva por ninguém.

Atração sexual

É a atração física ou sexual que sentimos por outras pessoas.

- Heterossexual: por pessoas do sexo oposto.
- Homossexual: por pessoas do mesmo sexo.
- Pansexual: por pessoas de qualquer identidade de gênero.
- Assexual: ausência de atração sexual.

Compreender tudo isso é essencial para que possamos viver com mais empatia e respeito. Cada pessoa tem o direito de viver sua identidade e sua forma de amar com liberdade e dignidade.



LGBTQIAPN+: o que significam todas essas letras?

Fausto de Melo Faria Filho

Você já viu essa sigla por aí, mas ficou confuso com tantas letras? Cada uma representa uma parte importante da diversidade de vivências, identidades e formas de amar que existem na nossa sociedade. Entender esses termos é um passo importante para respeitar e acolher todas as pessoas.

Vamos lá, letra por letra!

L – Lésbicas

Mulheres que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres.

G – Gays

Homens que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros homens.

B – Bissexuais ou Biafetivos

Pessoas que sentem atração por mais de um gênero, como por homens e mulheres, por exemplo.

T – Transgêneros, Travestis e Transexuais

Pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi atribuído ao nascer.

Exemplos: uma pessoa que nasceu com corpo masculino, mas se identifica e vive como mulher.

Q – Queer

Um termo guarda-chuva para pessoas que não se encaixam nas normas tradicionais de gênero ou sexualidade.

Que pode ser alguém que não quer ou não precisa se definir dentro de categorias fixas.

I – Intersexo e Intergênero

Pessoas intersexo nascem com variações biológicas (genitais, hormônios ou cromossomos) que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino.

Intergênero é quem vive identidades de gênero que não correspondem às expectativas tradicionais de “homem” ou “mulher”.

A – Assexuais

Pessoas que não sentem atração sexual por outras pessoas – ou sentem em intensidade muito baixa, ou em circunstâncias específicas.

P – Pansexuais

Pessoas que sentem atração por outras, independentemente do sexo ou gênero.

A conexão se dá com a pessoa, e não com a identidade de gênero dela.

N – Pessoas não-binárias

Quem não se identifica exclusivamente como homem ou mulher.

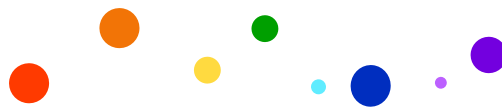
Pode se identificar com os dois, com nenhum, com algo entre ou além do masculino e do feminino.

+ (Mais)

Esse símbolo representa todas as outras identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais que não estão listadas nas letras anteriores.

É uma forma de dizer: todo mundo importa – mesmo quem não está representado diretamente na sigla.

A diversidade é grande e é real. Cada uma dessas letras representa histórias, vidas e lutas por respeito, dignidade e igualdade. Saber o que elas significam é uma forma de reconhecer que ninguém deve ser excluído por ser quem é.



Quais são os direitos das pessoas LGBTQIAPN+?

Amanda Oliveira Cunha

Agora que você já sabe sobre as diversas lutas históricas da comunidade LGBTQIAPN+ e das mulheres, o que é gênero, sexo e orientação e o porquê estudamos sobre tudo isso na escola, que tal falarmos também sobre os direitos conquistados até o momento?

Direito ao casamento civil

Uma grande conquista ocorreu, em 2013, quando o STF aprovou o casamento civil por pessoas do mesmo gênero/sexo, sem a necessidade de ação judicial. Desde então, a cada novo ano, mais e mais casamentos homoafetivos são registrados nos cartórios de todo o país.

Direito à adoção de crianças

Além disso, desde os anos 2000, o STF (Supremo Tribunal Federal) e o STJ (Superior Tribunal de Justiça) têm consolidado por jurisprudência a adoção de crianças por casais homoafetivos, sem distinção legal entre casais heterossexuais e homoafetivo.

Direito à orientação sexual reconhecida

Em 2018, o STF validou a proibição da “cura gay” determinada pelo Conselho Federal de Psicologia, reafirmando que orientação sexual não é doença.

Direito ao nome social e à identidade de gênero

Também em 2018, o STF autorizou a alteração do nome e da identidade de gênero por pessoas trans em seus documentos diretamente em cartório, sem a necessidade de processo judicial, cirurgia e procedimentos hormonais ou laudo médico.

Direito à proteção do Estado contra a violência

Em 2019, o STF determinou que a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989) seja usada para enquadrar os casos de homofobia e transfobia no Brasil, até a criação de lei específica. Sendo assim, desde então, atos de LGBTQIAPN+fobia são criminalizados, podendo receber pena de prisão.

Reiteramos que todas essas conquistas históricas são resultado de muitas lutas dos movimentos sociais, de ativismo político e de ações judiciais. Mas você percebeu que elas estão amparadas apenas em decisões judiciais e jurisprudência do STF? Por isso, a luta precisa continuar. Ainda é preciso legislar sobre outras questões.

- uma LEI do Casamento Igualitário;
- uma LEI de Identidade de Gênero; e
- uma LEI de antidiscriminação específica.

Preconceito e discriminação: como reconhecer e enfrentar?

Tatianne Silva Santos

A sociedade, em seu complexo mecanismo de relações, é historicamente marcada por uma fratura persistente: a tendência de categorizar, julgar e, conseqüentemente, marginalizar o “outro”. O preconceito, um juízo de valor pré-concebido e desprovido de razão, e a discriminação, sua manifestação em ato, representam uma das mais profundas feridas sociais, minando os alicerces da dignidade humana e da convivência democrática. Embora onipresentes, suas formas são mutáveis e, por vezes, sutis, exigindo um olhar atento para seu reconhecimento e uma postura corajosa para seu enfrentamento. Compreender como identificar e confrontar essas mazelas é, portanto, um exercício de cidadania indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

O primeiro passo para o combate é o reconhecimento. O preconceito se manifesta de inúmeras formas, muitas vezes disfarçado no cotidiano. Ele pode ser explícito, como no discurso de ódio que incita à violência, ou sutil, por meio de microagressões – comentários e “brincadeiras” que, sob o véu da normalidade, reforçam estereótipos e desumanizam indivíduos e grupos.

A experiência da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar brasileiro, por exemplo, ilustra tragicamente essa dinâmica. A violência não se resume à agressão física; ela começa no uso do nome anterior, na piada transfóbica, na exclusão velada, atos que, somados, criam uma “arquitetura de exclusão” negam o direito fundamental de existir com segurança.

Reconhecer o preconceito, portanto, é entender que ele não se limita a atos isolados de indivíduos mal-intencionados, mas está incrustado em estruturas sociais, piadas, omissões e políticas que perpetuam a desigualdade. É perceber a linha tênue que conecta um estereótipo repetido à exaustão com a estatística alarmante de evasão escolar ou violência letal.

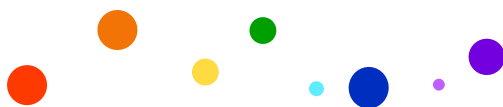
Uma vez reconhecido, o enfrentamento do preconceito e da discriminação exige uma ação multifacetada, que transcende a mera indignação individual e se traduz em práticas transformadoras em níveis pessoal, institucional e coletivo. No plano individual, o confronto começa com a autoanálise, questionando os próprios vieses e desconstruindo estereótipos internalizados. Passa pela coragem de não se calar diante de uma atitude discriminatória, seja corrigindo um comentário preconceituoso ou oferecendo apoio à vítima. É a prática da aliança ativa, que compreende que o silêncio é uma forma de cumplicidade.

No entanto, a ação individual, embora essencial, é insuficiente. O preconceito é um problema estrutural e deve ser combatido com políticas institucionais robustas. O ambiente escolar, novamente, serve como um microcosmo exemplar. Para transformá-lo de um espaço de medo em um refúgio de acolhimento, são necessárias medidas concretas, como a revisão do Projeto Político-Pedagógico para incluir a diversidade, a formação continuada de todos os educadores sobre direitos humanos, a criação de protocolos claros de combate ao bullying e o fomento a coletivos estudantis. Essas ações retiram o combate à discriminação do campo da boa vontade e o insere no cerne da governança institucional.

O mesmo princípio se aplica a empresas, órgãos públicos e outras organizações: a criação de comitês de diversidade, a implementação de políticas de inclusão e a garantia de canais de denúncia seguros são passos fundamentais para transformar a cultura organizacional.

Verificando num passo a mais, o enfrentamento societal passa pela defesa e pelo fortalecimento do arcabouço legal que protege as minorias e criminaliza a discriminação. Decisões como a do Supremo Tribunal Federal, que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo, são marcos que precisam ser defendidos e aplicados. Ademais, é crucial disputar a narrativa pública, promovendo a representatividade na mídia, na cultura e na política, de modo a naturalizar a diversidade e construir novas referências que substituam os velhos e danosos estereótipos. Trata-se de uma batalha contínua contra as políticas de apagamento que buscam silenciar e invisibilizar a existência de grupos marginalizados.

Entendemos aí que o preconceito e a discriminação são adversários complexos, profundamente enraizados em nossa história e cultura. Reconhecê-los exige sensibilidade para perceber suas manifestações, das mais brutais às mais insidiosas. Enfrentá-los demanda uma combinação de coragem pessoal, responsabilidade institucional e compromisso coletivo. A jornada para superar essa ferida social é longa e árdua, mas é o único caminho possível para que a promessa de dignidade e igualdade para todos deixe de ser uma utopia distante e se torne a realidade vivida em nosso cotidiano. A construção de uma sociedade à qual cada indivíduo possa pertencer, e não apenas sobreviver, é a tarefa mais urgente de nosso tempo.



Nutrição e saúde LGBTQIAPN+: cuidado com respeito

Layane Maria da Silva

A saúde e a alimentação são direitos fundamentais para a promoção da dignidade humana, assegurados constitucionalmente. Logo, esses direitos não se referem à garantia de qualquer acesso, mas ao que está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346 de 2006: a alimentação deve ser adequada, saudável, em qualidade e quantidade suficientes, de forma regular e permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. O mesmo se aplica aos princípios e diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde) que tratam da saúde como universal, integral e equitativo, sem preconceitos e qualquer forma de discriminação.

Infelizmente, a violência motivada pela identidade de gênero e sexualidade segue sendo uma questão central para a comunidade LGBTQIAPN+, incidindo na determinação social de saúde. A privação sistemática dos direitos acontece de maneira interseccional, que perpassa pela raça, classe e gênero, principalmente. Essa conjuntura nos permite refletir a partir da obra, “Quarto de despejo - Diário de uma Favelada”, de Carolina Maria de Jesus, escritora e intelectual negra, que denuncia a fome como uma experiência cotidiana e desumano na periferia. A metáfora do “quarto de despejo” – o lugar para onde ‘despeja’ os indesejáveis, é vivenciado por vidas LGBTQIAPN+ relegadas à margem, por políticas que não as contemplam e por violências que as silenciam.

Para o enfrentamento dos cenários de iniquidades, são essenciais o fortalecimento e a implementação efetiva da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (usa-se, atualmente, LGBTQIAPN+) como possibilidade de mitigação aos serviços de saúde que vão de encontro com às suas necessidades. Dentre as garantias conquistadas no atendimento ao público LGBTQIAPN+ no SUS, estão as que seguem.

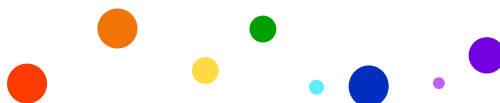
- Participação no Conselho Nacional de Saúde;
- Utilização do nome social no Cartão do SUS;
- Notificação de violências motivadas por LGBTQIAPN+fobia, por meio do Disque-100;
- Processo Transexualizador, que inclui acompanhamento psicológico e hormonais no SUS;
- Cirurgias de redesignação sexual em unidades específicas;
- Programa de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP), voltadas para a prevenção de infecção pelo HIV.

Para além disso, o Guia de Cuidado e Atenção Nutricional à população LGBTQIAPN+ é um importante marco na construção de práticas de saúde, que cumpre a função política de reconhecer que a sexualidade, a identidade de gênero e outros marcadores sociais influenciam diretamente o acesso, a qualidade e os resultados em saúde, inclusive os nutricionais. O Guia atua como papel educativo e empoderador para a própria comunidade LGBTQIAPN+, ao fortalecer o acesso à informação segura e qualificada, contribuindo para a autonomia no cuidado com o corpo e com a alimentação. Trata-se de um instrumento que valoriza o saber técnico, reconhecendo os saberes populares, comunitários e as experiências vividas nos territórios.

A proposta do documento é oferecer orientações sensíveis, éticas e baseadas em evidências para que profissionais de saúde e da nutrição estejam mais preparados para acolher, escutar e atender pessoas LGBTQIAPN+ integralmente. Isso inclui considerar aspectos como o uso de hormônios, as transformações corporais, a relação com o corpo, a vivência com os transtornos alimentares, o impacto do

estigma social e da insegurança alimentar e nutricional dessa população. Este ainda faz referência sobre a importância de serem aplicadas, na prática, as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014, a preferir sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados.

Ao reconhecer essas necessidades e propor caminhos para superá-las, o Guia se insere na luta por um Sistema Único de Saúde (SUS) mais comprometido com a equidade. Essas ferramentas de resistência e transformação reafirmam que nenhuma pessoa deve ser privada do direito de se alimentar com dignidade, de viver com saúde e de existir com liberdade.



Escolas como refúgio: a construção de ambientes inclusivos e acolhedores para a comunidade LGBTQIAPN+

Tatianne Silva Santos

Num cenário nacional de violência crescente e alarmante contra a comunidade LGBTQIAPN+, a escola emerge como um espaço fundamental de acolhimento e proteção. Para transformar o ambiente educacional em um refúgio seguro, é crucial a implementação de uma série de medidas proativas e contínuas que envolvam toda a comunidade escolar.*

A realidade vivida por lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queers, intersexos, assexuais, pansexuais, não binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais no Brasil ainda é marcada por situações recorrentes de violência, discriminação e exclusão. Casos de agressões físicas, verbais e simbólicas fazem parte do cotidiano de muitas dessas pessoas e revelam um cenário de hostilidade que atravessa diferentes espaços sociais.

Esse contexto também se reflete no ambiente escolar. Muitos estudantes LGBTQIAPN+ relatam sentir medo, insegurança e desamparo dentro da escola, um espaço que deveria ser de proteção, aprendizado e convivência respeitosa. Ofensas, piadas, xingamentos e atitudes discriminatórias são frequentemente naturalizadas, afetando o bem-estar emocional e o processo de aprendizagem desses jovens.

Em situações mais graves, a violência pode se intensificar, contribuindo para o afastamento da escola e, em alguns casos, para a evasão escolar, especialmente entre estudantes trans e travestis. A falta de respostas efetivas diante das denúncias e a sensação de impunidade reforçam o sentimento de vulnerabilidade, fazendo com que muitos jovens deixem de buscar ajuda.

Para reverter essa trágica realidade, é imperativo que as escolas adotem uma postura de tolerância zero à LGBTQIAPN+fobia e se comprometam com a criação de um espaço verdadeiramente inclusivo. As estratégias para alcançar esse objetivo são multifacetadas e demandam um esforço conjunto.

Pilares para uma Escola Segura e Acolhedora

Educação e Formação Continuada:*

1. Capacitação de toda a equipe escolar: * Professores, coordenadores, diretores, funcionários da limpeza e da secretaria devem receber formação sobre diversidade sexual e de gênero, conceitos básicos da comunidade LGBTQIAPN+, e sobre como identificar e combater o bullying e a discriminação.
2. Inclusão de temáticas LGBTQIAPN+ no currículo: * Abordar a diversidade em diferentes disciplinas, como história, literatura, biologia e sociologia, de forma transversal e contextualizada, ajuda a naturalizar as existências e a combater o preconceito. A representatividade importa e pode salvar vidas.

Políticas de Proteção Claras e Efetivas:*

1. Criação de um código de conduta: O regimento escolar deve incluir cláusulas explícitas que proíbam a discriminação e o assédio baseados em orientação sexual, identidade e expressão de gênero, com sanções claras para os agressores.
2. Canais de denúncia seguros e sigilosos: Alunos e funcionários precisam de canais acessíveis e confiáveis para relatar casos de violência, com a garantia de que suas denúncias serão investigadas de forma séria e imparcial.

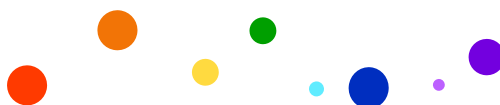
Promoção de um Ambiente Afirmativo:*

1. Uso do nome social: É um direito garantido por lei e um passo fundamental para o respeito e a dignidade de pessoas trans e travestis. A escola deve garantir o seu uso em todas as instâncias, desde a chamada em sala de aula até os documentos internos.
2. Criação de grupos de afinidade e aliança (GSAs): Esses grupos, formados por estudantes LGBTQIAPN+ e aliados, promovem um espaço de acolhimento, debate e fortalecimento de laços, contribuindo para a diminuição do isolamento.
3. Celebração de datas importantes: Marcar dias como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ (28 de junho) e o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro) com atividades educativas e de conscientização reforça o compromisso da escola com a diversidade.
4. Disponibilização de banheiros inclusivos: A questão do uso de banheiros é um ponto crítico para a segurança de estudantes trans e não-binários. A criação de banheiros de gênero neutro ou a garantia de que possam usar o banheiro correspondente à sua identidade de gênero é uma medida de proteção essencial.

Envolvimento da Comunidade e das Famílias:*

1. Diálogo aberto com pais e responsáveis: Promover rodas de conversa e palestras para sensibilizar as famílias sobre a importância do respeito à diversidade e do apoio aos seus filhos LGBTQIAPN+ é crucial. Muitas vezes, a violência começa em casa e a escola pode ser um ponto de apoio para a mudança.
2. Parcerias com organizações da sociedade civil: ONGs e coletivos LGBTQIAPN+ podem oferecer suporte, materiais educativos e expertise para a implementação de políticas de inclusão na escola.

Construir uma escola segura e acolhedora para a comunidade LGBTQIAPN+ não é apenas uma questão de cumprir a lei, mas um compromisso ético com a vida e a dignidade de cada estudante. É um investimento na formação de cidadãos mais empáticos, respeitosos e conscientes do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, todas e todes.



Quer saber mais?

Tatianne Silva Santos

Indicação de filmes com a temática sobre as mulheres e a população LGBTQIAPN+

1. A garota dinamarquesa

Inspirado em uma história real, o filme acompanha a trajetória de Lili Elbe, uma artista trans pioneira que passa por um processo de transição de gênero, e os impactos dessa vivência em sua relação com a esposa e com a sociedade da época.

2. Alice Júnior

Alice, uma adolescente trans cheia de personalidade, muda-se para uma pequena cidade e enfrenta desafios ao tentar ser respeitada em uma escola tradicional. O filme trata com leveza questões como identidade de gênero, autoestima e primeira paixão.

3. As boas maneiras

Clara é contratada para cuidar do filho que Ana está esperando. Com o tempo, elas desenvolvem uma relação de afeto e confiança, enquanto eventos misteriosos e sobrenaturais envolvem a gestação. A trama mistura crítica social, maternidade e afetos entre mulheres.

4. Azul é a cor mais quente

Adèle é uma jovem que, ao conhecer Emma, uma artista de cabelos azuis, embarca em uma jornada de descobertas afetivas e de autoconhecimento. O filme acompanha o amadurecimento dessa relação ao longo do tempo.

5. Flores raras

O longa retrata o envolvimento amoroso entre a poetisa americana Elizabeth Bishop e a arquiteta brasileira Lota de Macedo Soares, no Brasil dos anos 1950. A narrativa entrelaça arte, afeto, política e as dificuldades de amar em contextos conservadores.

6. Hoje eu quero voltar sozinho

Leonardo é um adolescente cego que deseja mais independência. A chegada de Gabriel, um novo colega, provoca sentimentos que o levam a refletir sobre sua sexualidade e as relações que constrói com o mundo ao seu redor.

7. Minha vida em cor-de-rosa

Ludovic é uma criança que se reconhece como menina. A obra mostra, com delicadeza, os conflitos familiares e sociais gerados pela expressão de gênero infantil, abordando o tema com sensibilidade e humor.

8. Moonlight: sob a luz do luar

Chiron, um jovem negro de um bairro periférico, enfrenta desafios relacionados à identidade, masculinidade e orientação sexual. A narrativa é dividida em três fases da vida e revela a complexidade do amadurecimento em meio à vulnerabilidade social.

9. Retrato de uma jovem em chamas

No século XVIII, uma artista é contratada para pintar o retrato de uma jovem mulher prestes a se casar. Enquanto se conhecem, nasce entre elas uma relação profunda, marcada por silêncios, olhares e o desejo contido.

10. Tomboy

Laure, de 10 anos, se muda com a família e passa a se apresentar como Mickaël. O filme acompanha a descoberta e a afirmação da identidade de gênero de uma criança em meio a novas amizades e à expectativa social.

Indicação de livros sobre gênero, feminismo e diversidade sexual

1. O segundo sexo – Simone de Beauvoir

Obra clássica do feminismo que analisa a construção histórica e cultural do que é ser mulher, mostrando como a opressão de gênero foi naturalizada ao longo dos séculos.

2. A dominação masculina – Pierre Bourdieu

O autor discute como o patriarcado é reproduzido por instituições e práticas sociais, revelando os mecanismos simbólicos de desigualdade entre homens e mulheres.

3. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade – Judith Butler

Livro fundamental para compreender a teoria queer, a performatividade de gênero e os limites das categorias identitárias fixas.

4. Tornar-se negra – Neuza Santos Souza

A autora analisa os efeitos do racismo na subjetividade da mulher negra, articulando psicologia, gênero e identidade racial.

5. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano – Grada Kilomba

Em linguagem acessível e poética, a autora denuncia como o racismo se manifesta nas experiências cotidianas de mulheres negras e corpos dissidentes.

6. Homossexualidade: uma história do preconceito – Luiz Mott

O livro apresenta um panorama histórico da repressão às sexualidades dissidentes, especialmente no Brasil, desmistificando tabus e estigmas.

7. Transfeminismo: teorias e práticas – Jaqueline Gomes de Jesus (org.)

Coletânea que articula vivências e reflexões sobre a intersecção entre feminismo e identidades trans e não binárias.

8. Pedagogia do oprimido – Paulo Freire

Embora não trate diretamente de sexualidade e gênero, é essencial para fundamentar uma educação crítica, inclusiva e libertadora – base de ações pedagógicas em diversidade.

9. Cartografias do gênero

Feminismo, interseccionalidades e políticas públicas Reúne estudos sobre feminismo interseccional e políticas públicas no Brasil, com foco nas desigualdades de gênero, raça e sexualidade.

10. História da sexualidade – Volume I: a vontade de saber – Michel Foucault

Analisa como o poder molda os discursos sobre sexualidade ao longo da história, oferecendo uma base crítica sobre normatividade e repressão.

Cartilhas e materiais do Governo Federal

1.Cartilha “Diversidade sexual e de gênero: uma questão de direitos” – Defensoria Pública da União

Apresenta conceitos fundamentais sobre diversidade sexual e de gênero, com orientações voltadas à promoção da cidadania, da inclusão e do respeito no ambiente escolar. [Link](#)

2.Cartilha “Enfrentamento à LGBTfobia” – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Explica os direitos da população LGBTQIAPN+ e oferece orientações sobre como agir diante de violações, promovendo o respeito e a igualdade. [Link](#)

3.Cartilha “Enfrentamento à violência contra as mulheres” – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Aborda os tipos de violência de gênero e apresenta os serviços públicos disponíveis para acolhimento e proteção das mulheres. [Link](#)

4.Cartilha “Gênero e diversidade na escola” – MEC/UNESCO

Material didático voltado à formação de professores, com foco na inclusão de temas de gênero e sexualidade nos processos pedagógicos. [Link](#)

5.Cartilha “Nome social: respeitar é um direito” – Ministério da Saúde

Voltada à gestão pública, esta cartilha orienta sobre o uso correto do nome social por pessoas trans nos serviços de saúde e demais políticas públicas. [Link](#)

6. Cartilha “Orientações para o respeito à diversidade” – MEC/SECADI

Apresenta definições básicas sobre gênero e sexualidade, contribuindo para a criação de ambientes escolares mais acolhedores. [Link](#)

7. Cartilha “Prevenção ao assédio moral e sexual na administração pública” – Controladoria-Geral da União (CGU)

Instrumento informativo para prevenir e enfrentar situações de assédio no serviço público, com foco na conscientização e no acolhimento. [Link](#)

8. Cartilha “Saúde integral LGBT” – Ministério da Saúde

Direcionada a profissionais de saúde, a cartilha apresenta diretrizes para o cuidado integral, com respeito às especificidades da população LGBTQIAPN+. [Link](#)

9. Guia de “Cuidado e atenção nutricional à população LGBTQIA+” – Conselho Regional de Nutricionistas 1ª Região (2021)

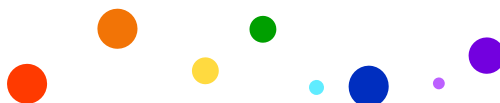
Promover orientações que minimizem o estigma e o preconceito, visando o acolhimento e a permanência da população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde. [Link](#)

10. Guia “Promoção da cidadania LGBTQIA+” – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Apresenta informações sobre os direitos da população LGBTQIA+, canais de denúncia e orientações para a promoção da cidadania. [Link](#)

11. Manual “Uso do nome social nas escolas” – MEC (2014)

Estabelece orientações administrativas e pedagógicas para o reconhecimento do nome social por travestis e transexuais no ambiente escolar. [Link](#)



Canais de apoio

Tatianne Silva Santos

A diversidade faz parte da sociedade e, felizmente, cada vez mais instituições estão se atentando para isso. A Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica – da qual o IF Goiano faz parte – tem se comprometido com o respeito às diferenças, com a promoção da equidade e com o acolhimento de todos os corpos, gêneros e formas de amar.

No IF Goiano, esse compromisso se concretiza através do NEPEDS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero. Os NEPEDS existem para acolher, escutar, propor ações educativas e criar espaços seguros e plurais.

E o melhor: eles estão presentes em todos os campi! Veja onde você pode encontrar um!

NEPEDS por campus do IF Goiano:

- Campus Avançado Ipameri
- Campus Ceres
- Campus Catalão
- Campus Cristalina
- Campus Iporá
- Campus Morrinhos
- Campus Posse
- Campus Rio Verde
- Campus Trindade
- Campus Urutaí
- Campus Campos Belos
- Campus Hidrolândia
- Campus Ipameri

Se você quiser conversar, tirar dúvidas, sugerir algo ou apenas ser ouvido(a), procure a(o) coordenadora(or) do NEPEDS no seu campus. Você não está sozinho(a)!

E-mail: nepeds@ifgoiano.edu.br

Outros espaços de apoio e acolhimento

Além dos NEPEDS, existem serviços públicos que podem ajudar em casos de violência, discriminação ou violações de direitos. Anote!

1. Disque 100 – Direitos Humanos

Canal gratuito e sigiloso do Governo Federal. Você pode denunciar situações de violação de direitos de forma anônima;

2. Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher

Atendimento 24 horas sobre violência doméstica e orientação para vítimas;

3. Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)

Unidade da Polícia Civil que atende exclusivamente casos de violência contra mulheres. Presente em várias cidades;

4. Delegacia de Polícia Civil

Pode registrar boletins de ocorrência sobre agressões, ameaças, LGBTfobia, importunação, etc;

5. Unidade Básica de Saúde (UBS)

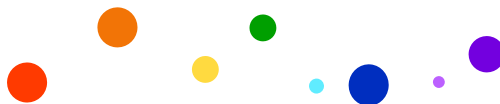
Espaço onde você pode procurar atendimento psicológico, médico e orientações de forma gratuita;

6. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Possui serviços online e presenciais voltados à população LGBTQIAPN+, inclusive canais para denúncia e suporte.

E lembre-se: apoio também pode vir de colegas, professores(as), servidores(as) e das redes de afeto que você constrói no seu dia a dia.

Ser quem você é não é um desafio, é um direito!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história: a história da mulher**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira/FAP, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**: Decreto nº 7272. Ministério da Saúde. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção. – 2. ed., – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/@download/file

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região. Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região. **Guia de cuidado a atenção nutricional à população LGBTQIA+**. 1. ed. – Brasília: Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (org.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. São Paulo: Garamond, 2005.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

GOMES, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. **Polifonia**, v. 23, n. 33, p. 89-109, jan.-jun. 2016.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **O trabalho das mulheres: dimensões da desigualdade**. São Paulo: Senac, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. 5 v. São Paulo: UNESP, 1998.

SÁ, Daiane de. A história das mulheres na busca pelos direitos e garantias políticas nas constituições brasileiras. In: LANGARO, Jiani; NASCIMENTO, Renata (org.). **Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC-GO**. Goiânia: UFG/PUC-GO, 2019. p. 127-145.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1991. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 05 maio 2025.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 05 maio 2025.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 29-62, 1994.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIEGAS, Daniela et al. Mulheres e contemporaneidade: emergências e urgências. In: VIEGAS, Daniela et al. **Mulheres comunicam**: mediações, sociedade e feminismo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.